

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS:

DIÁLOGOS ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA NO IMAGINÁRIO ESCOLAR E OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA, UM ESTUDO DE CASO NO RECÔNCAVO BAIANO

Anderson Ribeiro Oliva*

Resumo: A intenção do presente artigo é contribuir para o importante debate estabelecido recentemente no Brasil e presente nos diálogos e estudos africanistas há alguns anos acerca do ensino da história africana. Com um olhar mais microscópico, nossas intenções irão se concentrar em dois aspectos chaves da questão apresentada. O primeiro intento é o de identificar, de forma parcial, algumas das principais imagens veiculadas sobre África por alguns estudantes da 5ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental de escolas no Recôncavo Baiano. O segundo aspecto abordado é de maior amplitude, mas apresenta-se como um objeto importante para as reflexões acerca das imagens de África encontradas no tópico anterior. Nele serão apresentados alguns dos resultados obtidos na investigação sobre o tratamento da história africana em livros didáticos de História brasileiros, principalmente no que se refere aos temas abordados acerca da História da África e às imagens veiculadas. A articulação entre esses dois objetos nos parece extremamente fecunda como ponto de partida para a realização de atividades e iniciativas que visem a minimização dos problemas observados e permitam a criação de instrumentos para uma adequada abordagem da história africana nas escolas brasileiras e da região em enfoque.

Palavras-chaves: Ensino da história africana; Recôncavo Baiano; livros didáticos.

Abstract: The intention of this article is to contribute to the important debate recently established in Brazil and in the dialogues and studies africanists some years ago about the teaching of African history. With a microscopic look more, our intentions will focus on two key aspects of the question presented. The first intent is to identify, in part, some of the main images appear on Africa by some students of the 5 th and 8 th series of primary education from schools in the Bahian Recôncavo. The second point raised is greater extent, but is presented as a subject important for the reflections about the images of Africa found in topic before. It will be presented some of the results obtained in research on the treatment of African history in textbooks of Brazilian history, especially in regard to topics on the history of Africa and the images appear. The linkage between these two objects seem extremely fruitful as a starting point for the implementation of activities and initiatives aimed at minimizing the problems observed and allow the creation of instruments for a proper approach to African history in schools Brazil and the region in focus.

Keywords: Teaching of African history; Bahian Recôncavo; textbooks.

* Doutor em História Social pela Universidade de Brasília e professor de História da África da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

¹ Este trabalho apresenta resultados obtidos pela investigação desenvolvida no doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB, que recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Não encontramos outra forma de iniciar o presente texto a não ser o retorno imediato ao título que o identifica, na tentativa de melhor explicá-lo e justificá-lo. Seu sentido é obviamente metafórico, ilustrado ou simbólico, mas seu significado é de extrema relevância para as reflexões a serem aqui desenvolvidas. A idéia de um “espelho despedaçado”, já empregada nos debates acerca da história e das identidades africanas, não se reveste aqui de um caráter inédito.² Seu sentido geral revela a postura denominada de afro-pessimismo ou uma tendência intelectual marcada pelas desilusões que se seguiram às independências políticas ocorridas no continente africano no decorrer da segunda metade do último século. Porém, em nosso diálogo ela deve apontar também para outra direção ou trilha, construída pelos silêncios e lacunas – econômicas, políticas, históricas – que caracterizaram as relações entre o Brasil e a África ao longo do extenso período que se inicia no final do tráfico de escravos para os portos brasileiros, em meados do século XIX, e se finda no último quartel do século XX.

Nem mesmo a Bahia e o Recôncavo Baiano, impregnados e embebidos pelas fecundas presenças multisseculares de africanos escravizados e seus descendentes, e marcados por uma diversificada e dinâmica cultura material e imaterial de matrizes africanas e afro-brasileiras,³ conseguiram preservar a ponte atlântica construída nos trezentos anos de vigência do tráfico de milhões de indivíduos pelas águas do Atlântico Sul. A idéia de África que por essas terras sobreviveu passou a confundir-se justamente com as invenções e reinvenções culturais ocorridas por aqui. Seria a África intestinal ao Brasil, portanto, a grande referência a ser lembrada ou cantada pela memória baiana. A tal tendência, associou-se a partir da década de 1970 algumas vertentes associativas de origem afro-brasileira que se esforçavam em valorizar ou buscar uma nova idéia de África. Como lembra o historiador Valdemir Zamparoni, “ressurgiu – na onda das lutas pelas independências africanas – o movimento da Consciência Negra e o crescente interesse em se conhecer a África”.⁴ Uma série de encontros, cursos e seminários ocorreram na tentativa de nutrir mentes e almas com informações acerca da “revolução africana”. Além da criação do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1978, a segunda metade da década de 1970 e boa parte dos anos de 1980 e 1990, presenciaram a formação de um crescente número de associações culturais e movimentos sociais negros organizados que buscavam recriar e divulgar a imagem de uma África mítica, autônoma, bela e relevante.

No entanto, se em determinada direção, os movimentos sociais participaram do resgate e reinvenção de uma certa imagem da África, que a confundia com a idéia do espaço de origem, essa imagem acabou marcada por uma forte carga ideológica e mitificada. De acordo com o pesquisador Jacques d’Adesky:

[Estes grupos estimularam] a tomada de consciência de uma identidade particular, a dos afro-brasileiros, considerada diferente e não necessariamente oposta a uma identidade nacional mais global. Em vista disso, apela à memória coletiva para reabilitar uma imagem positiva da África (por vezes mítica) e da história dos negros no Brasil, invocando um passado glorioso e de rebeliões armadas.⁵

² O termo e a idéia foram aqui emprestados do trabalho de Achille Mbembe e referem-se, resumidamente, às reinvenções identitárias ocorridas em África no período chamado de pós-moderno, marcado no continente pela desilusão com alguns dos pressupostos ideológicos que alimentaram os movimentos de independência em África, ver MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 1, 2001, p. 185-191.

³ Acerca das investigações sobre a presença dos africanos no Recôncavo Baiano ver os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, n° 19/20, 1997, p. 37-73 e PARÉS, Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”. *Revista Afro-Ásia*, n° 33, 2005, p. 87-132.

⁴ ZAMPARONI, Valdemir. “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 521.

⁵ D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e multiculturalismo: Racismo e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Dessa forma, esse retorno imaginário a uma terra de origem mítica, tornou-se uma ação orquestrada e restrita a número pequeno de pessoas, ou simplesmente não teve a força de uma onda renovadora em termos das referências mentais carregadas pela maior parte de nossa população. Enfim, as representações ou a memória da África no imaginário brasileiro, e no caso específico aqui abordado – ou seja, dos atuais descendentes dos africanos que se viram forçados a seguir na diáspora de africanos escravizados para o Recôncavo Baiano –, se confundem, não com uma relação de ancestralidade direta, mas sim com o cenário de um continente perdido e distante, em outras palavras, de um espaço estranho e desconhecido. A falta de outras referências imagéticas – seja na formação escolar, no convívio familiar ou nas relações sociais cotidianas – fez com que as imagens do continente, circulantes nos veículos da comunicação social e nos meios de entretenimento, ocupassem os espaços da memória reservados às representações sobre os africanos e a África.

Assim, pelo menos quando tentamos visualizar o que chamamos de imaginário coletivo, aquele continente e suas gentes se confundem ou são associados diretamente, apesar das importantes exceções, às seguintes imagens: as ondas de fome na Etiópia na década de 1980; a longa guerra civil angolana; os golpes de Estado sucessivos em algumas partes do continente; o *apartheid* e sua derrocada no início dos anos 1990; as epidemia de AIDS, malária e demais doenças; o descontrole governamental; a desorganização geral e a corrupção; os massacres de Serra Leoa e os genocídios em Ruanda e no Sudão; a miséria; a natureza exótica, os mares de areia do Saara, as florestas e gorilas da África Central, os leões, girafas, gnus e rinocerontes das savanas; ou ainda os diamantes materializados pela ficção de *Hollywood*. Esse é nosso espelho despedaçado.

A longa digressão acerca do título do artigo é na realidade a síntese de um projeto de investigação e reflexão que nos envolve há algum tempo. Como milhares de descendentes de africanos tiveram sua relação imagética com seus ancestrais diluída? Ao olharem para o Atlântico, pensado como um mundo de conexões e intercâmbios com a África e aqui tratado como um espelho – que com suas imagens invertidas pudesse participar ativamente da construção da identidade brasileira com seus evidentes traços de africanidade –, nossos estudantes e a grande maioria da população do Recôncavo não conseguem enxergar nada além dos estereótipos e representações midiáticas. Nosso espelho africano está em pedaços. Reunir esses pedaços e tentar reconstruir os espectros que ligam a história do Brasil às histórias daquele continente parecem ser as tarefas esperadas de nossas escolas e docentes. Pelo menos é o que sinaliza a legislação educacional em vigor no país,⁶ é o que indicam nossos africanistas e é o que esperam parte de nossos afro-descendentes e da sociedade como um todo. Será que isto está a ocorrer?

O objetivo do presente artigo é contribuir de alguma forma para tão importante debate estabelecido no Brasil nos últimos anos e que, há algum tempo, já se faz presente nos diálogos e estudos africanistas. Com um olhar mais microscópico, nossas intenções irão se concentrar em dois aspectos chaves da questão apresentada. O primeiro intento é o de identificar, obviamente que de forma parcial e incompleta, algumas das principais imagens veiculadas sobre África por alguns estudantes da 5ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental de escolas no Recôncavo Baiano.⁷ Compete esclarecer que esta primeira parte do texto resulta do levantamento preliminar de dados obtidos pelo

⁶ Ver os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

⁷ As cidades inicialmente trabalhadas foram Cachoeira e Santo Amaro da Purificação.

projeto de pesquisa “A África nos Bancos Escolares”, desenvolvido no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.⁸ Neste caso, devo apontar de forma justa e correta, que a aplicação dos questionários e o tratamento das informações obtidas são de autoria da bolsista Geisa Schitini,⁹ integrante do projeto citado, a quem devo a disponibilidade inicial desses dados.

O segundo aspecto abordado é de maior amplitude, mas apresenta-se como um objeto importante para as reflexões acerca das imagens de África encontradas no tópico anterior. Nele serão apresentados alguns dos resultados obtidos na investigação que me debruço há quatro anos sobre o tratamento da história africana em livros didáticos de História brasileiros,¹⁰ principalmente no que se refere aos temas abordados acerca da História da África e às imagens veiculadas. A articulação entre esses dois objetos nos parece extremamente fecunda como ponto de partida para a realização de atividades e iniciativas que visem a minimização dos problemas observados e permitam a criação de instrumentos para uma adequada abordagem da história africana nas escolas brasileiras e da região em enfoque.

Sendo assim, a questão que serve como amálgama entre os dois pontos é simples: partindo das imagens da África formuladas pelos estudantes podemos encontrar nos livros didáticos de História destinados da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental subsídios imagéticos e de recortes temáticos que permitam a desconstrução dos estereótipos e a sedimentação pelos conteúdos das imagens positivas sobre os africanos? Vejamos se o artigo apresenta uma resposta satisfatória a esta questão. Porém, antes de nos debruçarmos sobre as incursões sugeridas, nos ocupemos com uma tentativa de revelar como o espelho atlântico-africano foi feito em pedaços no Brasil nos últimos dois séculos.

Um espaço de esquecimentos e silêncios

Após trezentos anos de intensas dinâmicas, a segunda metade do século XIX e a primeira do XX formaram um espaço de fluxo limitado para as comunicações pelo Atlântico Sul, a não ser por alguns poucos e concentrados ruídos.¹¹ Tal afastamento não ocorreu apenas no campo da economia, da política externa e das relações pessoais e culturais, mas também na esfera do imaginário.

Esse espaço temporal de adormecimento nos contatos com a África pode ser explicado por dois conjuntos de fatores. O primeiro seria de ordem interna e estaria ligado a um complexo e interligado circuito de elementos históricos e ideológicos: o fim do tráfico de africanos escravizados para o Brasil; a concentração das principais conexões comerciais brasileiras com o eixo do Atlântico Norte (EUA e Europa) e com a própria América; e os discursos assumidos pelos intelectuais acerca da construção da identidade brasileira, baseados muitas vezes nas releituras das teorias raciais européias. Tais fatores acabaram por afastar o continente africano de seus “herdeiros” americanos, tanto geográfica como imaginariamente.

⁸ A pesquisa agora desenvolvida possui como objeto principal a análise das construções imaginárias acerca da história africana e da África por parte de estudantes do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e professores de História em escolas do Recôncavo Baiano – Santo Amaro da Purificação, Cachoeira e São Félix. O projeto faz parte de uma investigação que reúne estudos de caso de maior amplitude abordando as representações sobre a história da África nos manuais escolares e no ensino da História como um todo no espaço histórico conhecido como Mundo Atlântico (Angola, Brasil e Portugal). Seus objetivos acercam-se da tentativa de sistematização de algumas idéias e imagens recorrentes sobre o continente africano, produzidas e preservadas, pelas referências mentais que circulam tanto no chamado imaginário coletivo, como no imaginário escolar. A metodologia principal nesta parte da investigação consiste na aplicação de questionários que tentarão materializar algumas dessas representações formuladas sobre a história africana no espaço eleito para investigação.

⁹ Estudante do 3º semestre do curso de História do CAHL e bolsista MEC/SESU no projeto “A África nos Bancos Escolares”, desde janeiro de 2007.

¹⁰ A investigação envolve também a abordagem de livros escolares de História em Angola e em Portugal.

¹¹ ZAMPARONI, Valdemir, “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”, p. 516; e “A África, os africanos e a identidade brasileira”. In PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004, p. 41; SARAIVA, José

A África [...] foi sendo gradualmente afastada da vida brasileira no presente século. O país com maior população de descendentes de africanos estabeleceu outras prioridades em suas agendas interna e externa. Relações com os Estados Unidos, com a Europa e com a América Latina permitiram ampliar o leque de contatos internacionais do Brasil [...]. A memória africana foi gradualmente excluída da vida do brasileiro comum.¹²

O segundo conjunto de ingredientes que compõe a face externa desse “esquecimento” sinaliza para os efeitos dos novos e difíceis tempos vividos em África – seja com a instalação dos domínios coloniais europeus no final do XIX, seja com as dinâmicas internas e externas no período pós-independência. No entendimento de Alberto da Costa e Silva, esse teria sido um dos principais motivos para que o Atlântico perde-se a sua histórica capacidade de comunicação. Em sua percepção metafórica, pela primeira vez, em séculos, as distâncias entre as duas margens daquilo que ele chamou de “rio Atlântico” tornaram-se oceânicas de fato, já que cada “[...] metrópole buscou excluir o mais que pôde os demais países dos portos por ela controlados. Fecharam-se para o Brasil, por exemplo, os desembarcadouros africanos, e o Atlântico deixou de ser uma espécie de rio larguíssimo”.¹³

Assim, da segunda metade do século XIX ao início do processo de independência dos países africanos, em 1950, com algumas poucas exceções, o Brasil esteve de costas para África e a memória coletiva de grande parte de nossa população em relação àquele continente ficou refém de algumas poucas imagens. Uma das representações que conquistou maior amplitude foi a da África criada de forma intestinal no Brasil, resultado dos séculos de vigência da escravidão – com os condicionamentos da memória e das representações que retratavam os africanos e seus descendentes no cativeiro –, ou ainda, das manifestações e reinvenções culturais ocorridas nas últimas doze décadas, já no período do pós-abolição.¹⁴ A imagem dessa África era distante e, de fato, pouco semelhante à África que nos vislumbra do outro lado do Atlântico. Nesse período nos afastamos física e imaginariamente do continente africano, apesar dos esforços de alguns afro-descendentes e pesquisadores de olhar a África com alguma proximidade. Nossos universos mentais, referências culturais, projetos políticos e ingredientes identitários foram aos poucos migrando da esfera de influência europeia para passarmos a integrar o mundo latino-americano ou americano como um todo. Essas projeções imagéticas sobre os africanos em nada ajudavam a reformatação das imagens elaboradas sobre a África presente no imaginário do homem comum brasileiro.

É certo que, as relações África-Brasil vivenciadas anteriormente não se desintegraram por todo. Mesmo separados pelas novas ordenações na economia e na política mundiais, ou ainda, pelas diversas trajetórias vivenciadas por seus conjuntos societários desde o século XIX, podemos afirmar que elementos histórico-culturais em comum fizeram com que brasileiros e africanos – principalmente da África Ocidental e Central – preservassem níveis e formas diversas de diálogo até os dias de hoje. No entanto, e seguindo a perspectiva apresentada pelo historiador Alberto da Costa e Silva, podemos afirmar que para o período citado, a palavra mais apropriada para delinear essa relação tenha sido de fato, “esquecimento”.

Flávio Sombra. “África, Brasil e Portugal: Vinculação Histórica e Construções Discursivas.” In *Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa: Linopazas, 2005, p. 127-130.

¹² SARAIVA, José Flávio Sombra. “Olhares Transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo”. *Humanidades*, nº 47, novembro de 1999, p. 7-8.

¹³ COSTA e SILVA, Alberto da. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. *Estudos Avançados*, nº 8 (21), 1994, p. 36-37.

¹⁴ A abolição da escravatura no Brasil se aproxima do seu 120º aniversário, sem que algumas questões-chaves ligadas à condição da população afro-descendente tenham tido uma solução satisfatória.

O que seria de estranhar-se é que assim não fosse, tão intensas foram as relações e as trocas entre as duas margens do Atlântico. O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano. [...] o escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história.¹⁵

Na segunda metade do século XX, uma nova, apesar de frágil e inconsistente ponte, começou a ser construída entre esses dois espaços atlânticos. No entanto, a retomada das relações no avançar desse século não ocorreu de forma homogênea e crescente. Teve bons e maus momentos, avanços e retrocessos. De fato, somente a partir da década de 1960 é que o Brasil voltou seus olhares para a outra margem do Atlântico Sul, olhares sonolentos, em alguns instantes, como bem lembrou o historiador José Sombra Saraiva,¹⁶ mas que em outros demonstraram ser bem dirigidos, em busca de interesses estratégicos.¹⁷

O século XXI trouxe, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, um revirar, pelo menos alardeado com alguma ênfase, das intenções políticas brasileiras em relação à África. Segundo Sombra Saraiva a “nova” política brasileira poderia se justificar, entre outros fatores, por cinco elementos centrais. O primeiro estaria relacionado à “vocação universalista em política exterior” do Brasil. O segundo,   existência de uma “d vida histórica com a África a demandar uma política específica, pública e legitimada pela sociedade brasileira”, argumento esse empregado abertamente pelo presidente Lula da Silva em algumas de suas viagens pela África.¹⁸ O terceiro elemento envolve o desenhar de um novo papel brasileiro no campo da política internacional, aparecendo como figura de destaque no Eixo Sul-Sul de Coopera o, na reformula o do Conselho de Segurança da ONU e na elabora o de um espaço de conexões econ micas alternativo. O quarto ingrediente sinaliza para uma aparente “vontade africana em dialogar com o Brasil”, a partir da “forma o da União Africana” e da NEPAD¹⁸ (*New Partnership for Africa’s Development*). E, por fim, seria interessante aproveitar a nova aproxima o econ mica entre Brasil e Portugal, para se pensar a inser o dos países africanos de língua portuguesa em trocas mais proveitosas para todos.¹⁹

¹⁵ COSTA e SILVA, *op. cit.*, p. 39-40.

¹⁶ Em alguns trabalhos esclarecedores sobre os contatos entre a África e o Brasil, no campo da diplomacia e das rela es internacionais, o historiador José Sombra Saraiva se debruçou sobre os silêncios e reencontros dessas rela es ao longo dos séculos XIX e XX. Em alguma medida, esses movimentos sinalizam, mesmo que de forma imperfeita, para algumas reais e imaginárias ondas de retorno ou de recusa de nossas rela es imaginárias com a África. Portanto, excursionar rapidamente por essa esfera nos permitirá vislumbrar uma das facetas do conjunto de imagens que circula sobre os africanos no Brasil.

¹⁷ SARAIVA, *op. cit.*, p. 19.

¹⁸ Ver, por exemplo, a cobertura da imprensa brasileira às declara es emocionadas do presidente em sua passagem pela ilha senegalesa de Gor e, em abril de 2004, nas quais Lula pedia, literalmente, perdão aos africanos e afirmava que o Brasil possuía uma d vida para com eles (*Correio Braziliense*, 15.04.2004). Ver também ensaio de Luiz Felipe de Alencastro acerca do tema na *Revista Veja*, de 05 de novembro de 2003.¹⁹ A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* foi um programa criado pela União Africana em 2001, e possui objetivos voltados para o desenvolvimento econ mico do continente, para busca da estabilidade política e melhorias sociais, também por toda a África.²⁰ Ver SARAIVA, José Flávio Sombra. “Política exterior do Governo Lula: o desafio africano”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (2), 2002, p. 12-19.

No entanto, se no campo das relações internacionais vem ocorrendo uma reaproximação com o continente africano, de conseqüências, intensidades e duração ainda desconhecidas, no que se refere ao imaginário coletivo, esse expediente de redescobrir a África, continua restrito a uma parcela muito específica da sociedade brasileira, formada pelos indivíduos ligados aos movimentos negros organizados, ou pelos integrantes de algumas religiões de matrizes africanas.

Não podemos esquecer ainda que, pelo menos nos últimos trinta anos, de um grupo reduzido de especialistas, assistimos, aos poucos, a formação de um diversificado e qualificado grupo de pesquisadores dedicados às temáticas africanas. Mesmo assim, parece-nos certo que a idéia e as referências sobre a África foram ficando distantes da memória e dos olhares de grande parte dos brasileiros. Nem as apropriações e reinvenções no campo da religiosidade, musicalidade, estéticas e das ideologias foram suficientes para internalizar no imaginário coletivo a idéia de que o continente africano é um dos eixos centrais para o entendimento da trajetória histórica brasileira. Na balança que permite a visualização dos componentes que participaram da formação do imaginário coletivo brasileiro, a imprensa – escrita e televisiva – contribuiu de forma decisiva para a veiculação e vinculação da África às imagens das tragédias e conflitos. Já no outro peso dessa balança, a escola,²⁰ pouco tem sido feito para se desarticular ou desconstruir esse imaginário.²¹

A partir dessa argumentação inicial, podemos localizar um conjunto revelador de imagens e representações geradas sobre os africanos no imaginário coletivo brasileiro contemporâneo, e que espelham, pelo menos parcialmente, a forma como a população acolheu ou repeliu as experiências históricas e culturais das sociedades africanas em seu cotidiano. Da mesma forma, em uma perspectiva panorâmica, as representações elaboradas no decorrer do intervalo temporal destacado, acabaram por inventar e por apropriar uma série de novos ingredientes que comporiam uma fórmula depreciativa para se pensar e olhar o continente africano. Concluída essa breve explicação de como despedaçamos nosso espelho africano, vejamos como a África é representada no imaginário de alguns estudantes no Recôncavo Baiano.

A África no imaginário escolar: um estudo de caso no Recôncavo Baiano

Pensando no exercício cotidiano da abordagem da História em nos nossos bancos escolares defendemos que uma das primeiras iniciativas que devem ser adotadas para o ensino da história africana refere-se justamente à tentativa de identificação das representações imaginárias que os estudantes carregam sobre o continente e suas populações. Os passos seguintes se tornam mais seguros a partir desses dados. Ou seja, tanto a desconstrução dos estereótipos e preconceitos, como a escolha dos temas e assuntos que deverão ser tratados são tarefas melhor executadas com o primeiro ato finalizado com sucesso. Dessa forma, observemos como a África aparece no imaginário dos estudantes consultados pela investigação.

Com o objetivo de melhor organizar e sistematizar os dados, a investigação em curso optou pela aplicação de questionários com duas perspectivas de observação: a primeira composta por campos de múltipla escolha sobre as características e imagens associadas à África e ao interesse pelo estudo na história africana; e, a segunda, na qual os estudantes poderiam expressar por meio de ilustrações suas idéias sobre o continente e suas populações. Ficaremos aqui com a observação do primeiro tópico, ou seja, as “características atribuídas à África”. No total, responderam ao questionário aplicado 278 estudantes do Ensino Fundamental²² – 80 (29%) da 8ª série e 198 da 5ª série (71%). As características atribuídas estavam divididas em dez categorias que procuravam apresentar faces positivas e negativas da história africana, da África nos dias atuais, ou de algumas de suas características

²¹ Pelo menos com o processo de universalização da oferta do ensino fundamental, que obteve seus índices mais elevados de matrículas nos últimos dez anos.

²² Mais do que um inversor de imagens e conhecimentos – pelo menos por enquanto e apesar das múltiplas e valiosas iniciativas empreitadas –, a lei 10639/03, sinaliza para um silêncio inquietante, até então existente, em relação à abordagem escolar da história africana nos bancos escolares brasileiros.

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS

gerais. Dessas os estudantes deveriam escolher cinco, que segundo suas crenças ou visões estivessem associadas ao continente:

- a. Populações negras;
- b. Fome e Miséria;
- c. Candomblé, Capoeira e Samba;
- d. AIDS e tragédias;
- e. Escravos e tráfico de escravos;
- f. Guerras, Conflitos e Massacres;
- g. Grandes Reinos, Impérios e Civilizações;
- h. Grandes Centros urbanos;
- i. Egito, Meroé e Kush;
- j. Populações Brancas.

Os dados levantados, mesmo com o seu pequeno espectro numérico e quantitativo, são reveladores do lugar ocupado pela África em parte do imaginário escolar da região. Corroborando uma larga tradição ocidental em associar à idéia de África as populações de cor de negra, como se a noção de uma ocupação humana de fundo negro-africano explicasse ou se aplicasse a todas as regiões do continente,²³ a característica mais relacionada à África foi justamente o tópico “populações negras”. Duzentos e quarenta (240) estudantes, ou seja, cerca 86% do total, apontaram essa como uma das faces principais do continente. Em contrapartida, quando a idéia foi a de associar o continente às populações brancas – fossem as árabes-africanas ao norte, ou os descendentes de europeus ou euro-africanos espalhados por diversas regiões, e mais concentrados na África do Sul –, apenas 33 deles, cerca de 12%, assinalaram a opção.

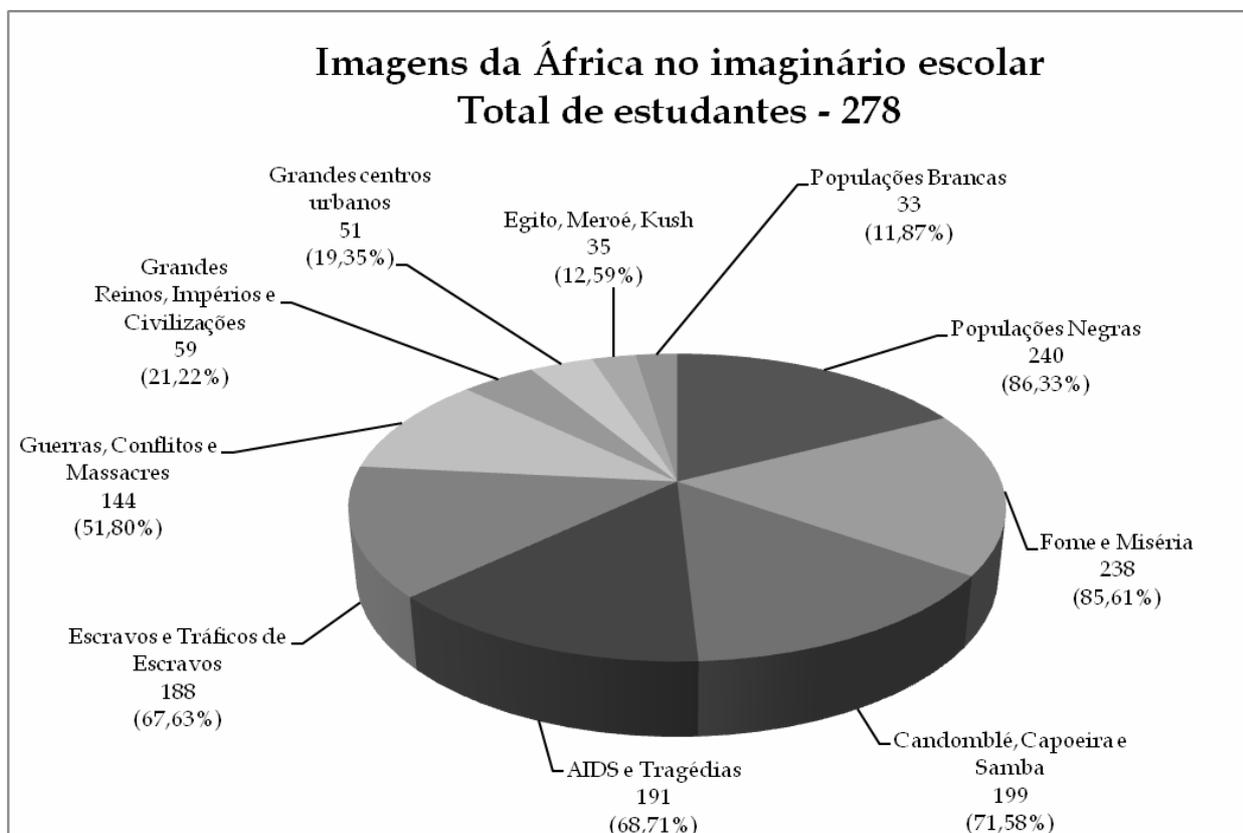


Gráfico 1

Fonte – Projeto a “África nos Bancos Escolares”.

A segunda característica mais associada aos africanos no imaginário dos estudantes é a da “Fome e Miséria”, já que quase 238 (85,61%) alunos também apontaram para essa suposta faceta africana, indicando o poder de construção de referências imagéticas que as últimas três décadas tiveram sobre os olhares ocidentais depositados sobre o continente. As cenas reproduzidas na mídia e no cinema, revelando populações em migrações forçadas, vivendo em condições precárias e desumanas, a fome causada pelas guerras e secas, os conflitos inter-étnicos e políticos, as doenças e a miséria, parecem ocupar uma boa parte dos cenários mentais dos estudantes que responderam ao questionário. É claro que a África não se resume a essas imagens, e mesmo que algumas partes do continente tenham sido tocadas com certa frequência pelas calamidades e tragédias, os africanos possuem outras faces, de maior poder explicativo e de maior relevância a serem destacadas. A esse mesmo quadro podem estar associadas outras das idéias mais vinculadas à África, já que cento e noventa e um estudantes (191; 69%) também relacionaram a idéia de “AIDS e Tragédias” ao continente; e 52% apontaram para as “Guerras, conflitos e massacres”, como os cenários característicos daquele continente.

Também como resultado da formação escolar desfocada ou desequilibrada sobre a história africana em nossos bancos escolares, uma das referências mais associadas aos africanos e suas histórias é a da condição de “Escravos e do Tráfico de escravos”. Dos jovens consultados, 188, ou quase 68% do total, apontaram tal característica como relacionada diretamente aos africanos. Como argumenta a historiadora Selma Pantoja, essa é uma das muitas imprecisões ou percepções distorcidas formuladas sobre aquele continente, e que devem ser tema obrigatório de revisão dos professores em sala de aula.

É preciso estudar a África como um todo para entender, por exemplo, que o estudo da história da África nos períodos recuados não se reduz ao estudo da escravidão. O período da escravidão atlântica é um pequeno espaço, de um pouco mais de três séculos, na história milenar de um continente [...]. Se a história da África é importante para nos situar no mundo, outras faces de sua história nos revelam partes indispensáveis de nossa própria formação histórica.²⁵

Já quando as características apresentadas se apresentavam associadas a uma carga mínima de informação e conhecimento sobre a trajetória histórica de algumas sociedades e civilizações africanas, o desconhecimento ou a estranheza se tornaram regra. Apenas 21% (59) dos entrevistados associaram ao continente o tópico “Grandes, Reinos, Impérios e Civilizações”. Como se tais experiências históricas não tivessem encontrado em África um campo fértil para seu desenvolvimento. Tal desconhecimento é reforçado quando os nomes de algumas dessas civilizações ou formações políticas foram mencionadas, pois apenas cerca 13% deles revelaram conhecer que o “Egito, Meroé e Kush” seriam experiências civilizatórias ou políticas associadas aos africanos. A historiadora Mônica Lima aponta justamente para essas temáticas, como uma das possibilidades de abordagem da história da África nas séries finais do ensino fundamental.

²³ Os questionários foram aplicados em duas escolas da região: o Colégio Estadual da Cachoeira e o Centro Educacional Edvaldo Machado Boaventura.

²⁴ Acerca da questão, ver OLIVA, Anderson R. “Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no Imaginário Ocidental”. *Em tempo de Histórias*, n° 9, ano 9, 2005, Brasília, p. 90-114.

²⁵ PANTOJA, Selma. “A África imaginada e a África real”. In PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004, p. 22.

[...] a indicação seria o estudo do “processo de humanização”, “o esplendor do Antigo Egito” e dos “grandes reinos africanos”. Para o ensino médio, as idéias a serem tratadas girariam em torno do racismo, do processo de ocupação colonial e da África contemporânea.²⁶

Por fim, quando as características apresentadas referem-se à existência de “Grandes centros urbanos”, no passado ou presente africanos, novamente o estranhamento ou desconhecimento marcam as respostas. Apenas 51 inquiridos (51; 19,35%) apontaram para a tal características, ou seja, na mente da maioria dos estudantes a África seria coberta de pequenas aldeias e sociedades “tribais”.

Das imagens reveladas pelos questionários passemos à ação seguinte. Tentaremos observar se os manuais de História destinados ao ensino fundamental possuem fundamentos de conteúdo e teoria adequados que contribuam na reconstrução das imagens encontradas.

As imagens dos africanos nas páginas dos livros didáticos de História

O papel desempenhado pelos livros didáticos de História, como instrumento auxiliar da atividade docente e como uma das fontes de leitura para os alunos – apesar de sua condição passível de críticas e geradora de muitas reflexões – parece-nos, dentro dos padrões de funcionamento do sistema educacional brasileiro, inquestionável. Sendo assim, as abordagens acerca dos estudos africanos, presentes ou ausentes nas coleções de História utilizadas para os últimos quatro anos do ensino fundamental, aparecem como ingredientes-chaves na composição, transformação e manutenção das referências e imagens que o público escolar constrói sobre o continente.

Ao todo foram localizadas, nos últimos dez anos, 39 coleções de livros didáticos de História utilizados no ensino fundamental brasileiro. Dessas coleções – que incluíam livros da 5ª a 8ª série – apenas oito possuíam livros com capítulos tratando exclusivamente a história africana (21% do total).²⁷ Já, em outras duas, foram localizados livros com tópicos específicos reservados à África, ou seja, 5% do total. Todos esses dez livros²⁸ enfatizavam a história africana no recorte que se estende do século VII ao XVIII, com algumas pequenas variações.

²⁶ LIMA, Mônica. “A África na Sala de Aula”. *Nossa História*, ano 1, n° 4, fevereiro de 2004, p. 86.

²⁷ Todos esses livros foram publicados depois de 1999.

²⁸ Os livros são os seguintes: APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: Ensino Fundamental*, 6ª. Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2003; CAMPOS, Flavio de, et al. *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*. São Paulo: Moderna, 2002; DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 6ª. São Paulo: Atual, 2000; JÚNIOR, Alfredo Boulos. *História: Sociedade e Cidadania*, 6ª. São Paulo: FTD, 2003; MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Brasil: uma história em construção*, vol. 3. São Paulo: Editora do Brasil, 1999; MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. 2. São Paulo: Moderna, 1999; MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e JÚNIOR, Roberto Catelli. *História Temática*. 6ª série. São Paulo: Scipione, 2000; MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a História*, 5ª série. São Paulo: Ática, 2002; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto*, 6ª. São Paulo: FTD, 2001; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002.

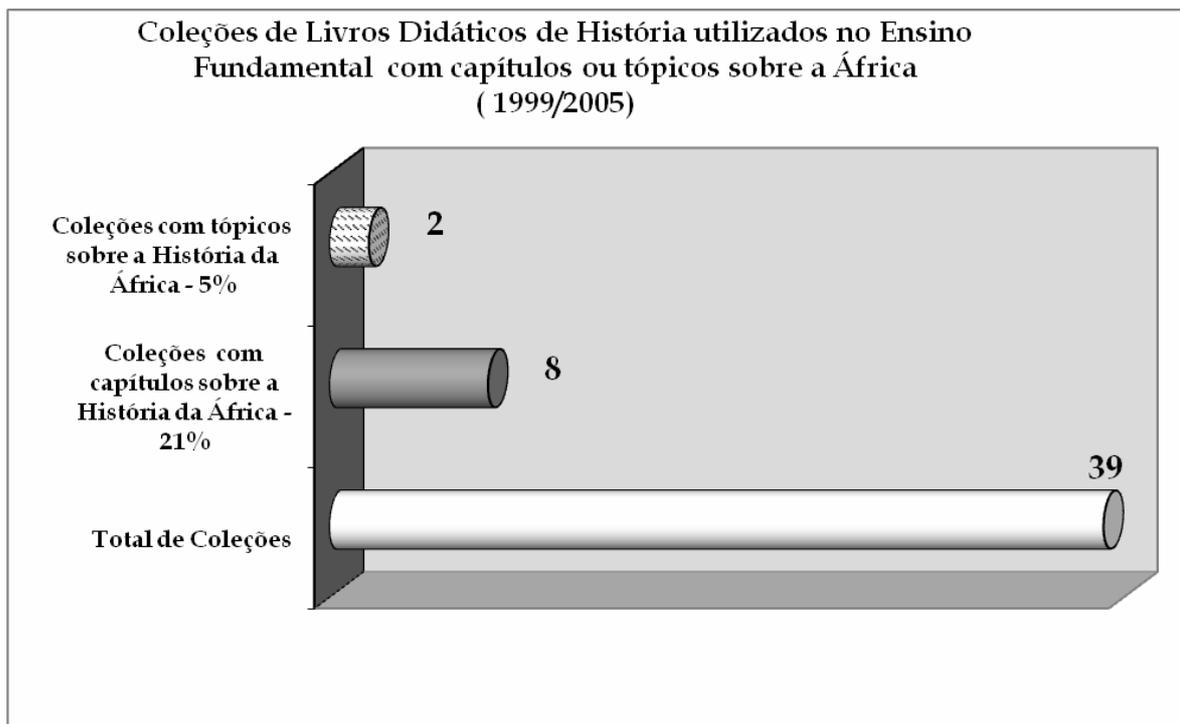


Gráfico 2

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor.

Como a pesquisa trabalhou com o segmento do ensino fundamental correspondente a 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries, tivemos que estender a dimensão cronológica dos possíveis temas ou assuntos tratados a um largo recorte, pois nessas séries, a história é abordada em sua “totalidade”, ou seja, do aparecimento da humanidade aos dias de hoje. Da mesma forma, pelo fato das coleções de manuais se estruturarem de forma diferenciada, no que se refere à abordagem de conteúdos, tempos e assuntos a tratar – História do Brasil e História Geral; História Integrada; e, História Temática – não encontramos uma divisão padronizada relacionando tema retratado e série escolar.

Ainda preocupados em contribuir com o diálogo proposto, optamos por conceder uma atenção um pouco diferenciada para os manuais que abordaram a história africana correspondente ao período histórico que estende dos séculos VII ao XVIII. Por acumular uma maior quantidade de assuntos ou possibilidades de trabalho em sala de aula, devido a uma maior disponibilidade de fontes e de investigações publicadas,²⁹ esse enfoque temporal pôde ou pode desempenhar um papel chave na interlocução com os imaginários circulantes sobre a África entre estudantes e professores. Ao mesmo tempo, não excluímos a análise da história africana referente ao período posterior a esse recorte, tão importante quanto o anterior.

O tratamento da história africana entre os séculos VII e XVIII

No caso dos livros que abordaram a história africana entre os séculos VII e XVIII percebemos que, em sua maioria, as incursões panorâmicas concentram-se no estudo das grandes formações políticas que conheceram seus apogeus nesse período - como os “reinos” de Gana, Etiópia, Kongo,

²⁹ Ver FAGE, John D. “A evolução da historiografia africana”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África. vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 43-59; CURTIN, Phillip D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 73-90; OBENGA, T. “Fontes e técnicas específicas da história da África”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África: metodologia e pré-História da África, vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 91-104; e M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa: Vulgata, 2002.

Benin, Daomé, Lunda e Luba, dos “impérios” do Mali, Songhai e Zimbábwe, ou ainda, dos “Estados” Iorubás, Akan, Haússas, entre vários outros. Oito dos dez manuais citados acima reservavam a perspectiva central de seus capítulos a essa temática, mesmo que não concedendo atenção a todas as sociedades mencionadas.³⁰ Em alguns casos, compartilhando um espaço menor com o estudo dos “reinos” e “impérios”, os autores também realizaram comentários sobre as chamadas sociedades “tribais” africanas. Por fim, mesmo os outros dois textos, que elegeram assuntos de maior amplitude – como as relações África-Brasil³¹ – para conduzir suas abordagens, não deixaram de tecer comentários acerca dessas formações políticas.

Não discordamos do estudo desses objetos históricos. Pelo contrário, eles podem e devem ser trabalhados. Seu tratamento em sala de aula possibilita a construção de novos referenciais teóricos e imagéticos acerca do continente e de suas populações por parte dos alunos, além, é claro, de serem retratos concretos de certas realidades históricas ali encontradas. Soma-se a esses dados o fato de que, em termos de orientação legal para a formulação dos manuais escolares e das próprias aulas, o Conselho Nacional de Educação – no parecer 003, aprovado em 2004, para regulamentar a aplicação da Lei 10.639/03 –, orienta, entre outros pontos, a abordagem desses temas.³²

O grande problema é que, a partir desse prisma, as sociedades africanas de expressão política ou de ressonância civilizacional de menor visibilidade acabam por não ser estudadas. É como se, diante da impossibilidade de atentar para as centenas de sociedades que se espalhavam pelo continente deveríamos ter como base alguns dos conceitos ou postulados historiográficos celebrizados pela historiografia europeia ou de referencial eurocêntrico. Como se pode perceber com facilidade, se em relação à história europeia, os livros escolares, quase sempre, dedicam significativa atenção aos grandes reinos e impérios, para o caso da abordagem da história africana tal tendência parece se repetir.

Inicialmente, fica claro que grande parte dos autores dos livros didáticos, de forma consciente ou inconsciente, utiliza uma difundida idéia apresentada pelos historiadores pertencentes à chamada corrente do *afrocentrismo*.³³ Lembramos que uma das teses defendidas por parte de seus historiadores era a de que seria fundamental estudar as grandes civilizações africanas, tanto para redefinir o lugar do continente na trajetória histórica da humanidade, tanto como para combater as teses racistas e depreciativas que circulavam sobre suas sociedades. No entanto, seus esforços foram conduzidos ou fizeram uso, muitas vezes, de uma série de padrões, categorias ou modelos historiográficos eurocêntricos para afirmar ao mundo e aos próprios africanos que a História do “continente negro” possuía elementos sofisticados e formas de organização avançadas e que deveriam ser estudadas.³⁴

Acerca desse aspecto, há algumas décadas, vários estudiosos ligados à historiografia africanista vêm alertando para o fato de que para os estudos sobre a África, região de grande autonomia, de imensa capacidade criativa, de fecunda participação na história da humanidade e de ritmos e características próprias seria preciso a formulação de alguns conceitos e categorias também próprios.

³⁰ Os livros são os seguintes: APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: Ensino Fundamental*, 6^a; DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 6^a; JÚNIOR, Alfredo Boulos. *História: Sociedade e Cidadania*, 6^a; MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Brasil: uma história em construção*, vol. 3; MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e JÚNIOR, Roberto Catelli. *História Temática*; MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a História*, 5^a série; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto*, 6^a; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6^a série.

³¹ MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. 2 e CAMPOS, Flávio de, et al. *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*.

³² CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer nº 003 de 2004, de 10 de março de 2004.

³³ Acerca do tema, ver o trabalho de FARIAS, Paulo F. de Moraes. “Afrocentrismo: entre uma contranarrativa Histórica universalista e o Relativismo Cultural”. *Revista Afro-Ásia*, nº 29-30, 2003, p. 317-343.

³⁴ O tema foi abordado de forma esclarecedora nos seguintes trabalhos: LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29; e M’ BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 45-63.

Pelo menos, não seria preciso eleger sempre referências européias para sua afirmação, e que, para alguns casos, seria preciso realizar adequações ou adaptações em determinadas metodologias e conceitos para serem aplicados sobre os contextos históricos africanos.³⁵ Parece-nos que os autores dos manuais desconhecem essa crítica, pois o critério adotado por eles para selecionar o que será estudado nos capítulos é justamente esse. Por isso, a presença quase certa dos “reinos” e “impérios” africanos.

Como já afirmamos, não existem interdições maiores em relação ao tratamento escolar dessas experiências históricas, e, de fato, elas se tornam, pelo conjunto de fontes e estudos disponíveis, e pelo ritmo concedido ao ensino da história, como um todo, temas que podem despertar o interesse de docentes e estudantes para a história africana e devem ser tratados em sala de aula. O que percebemos como um desequilíbrio é o enfoque exclusivo do tema, e não a sua presença. Mais do que isso, o assunto está associado à total ausência de contextualização ou tentativa de singularizar o emprego de determinadas categorias históricas para aplicação do estudo da história africana. Tal quadro contribui para um tipo de abordagem que tem como tendência maior ignorar a existência de contextos e características históricas específicas ao continente africano, excluindo dessa forma a existência de estruturas políticas, sociais e econômicas diferenciadas das européias, o que causa uma leitura distorcida de suas sociedades.

Neste caso, é necessário que os autores dos manuais escolares e professores dediquem algumas linhas ou palavras de contextualização e reflexão histórica para informar aos seus leitores e alunos de que estão tratando de configurações e estruturas diversas das européias. Não ignoramos a existência de organizações políticas ou sociais com semelhanças às de outras partes do globo, mas é preciso que se demonstre e enfatize as singularidades e especificidades africanas. Se haviam algumas sintonias, as diferenças também eram evidentes.

De acordo com a historiadora Leila Hernandez é preciso que o emprego dessas categorias para o estudo de algumas das formações políticas africanas passe por um processo de ajuste e adequação.³⁶ Para o historiador congolês Elikia M'Bokolo, podemos fazer uso de outras categorias para definir essas estruturas e configurações políticas, como, por exemplo, “hegemonias políticas”. O conceito empregado nessa definição encontra alguma relação com a categoria elaborada pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle, chamado de “sociedades englobantes”.³⁷ Ele envolve a perspectiva de que as relações de poder estabelecidas não se prendiam à questão das fronteiras fixas e da imposição de controle essencialmente centralizado. Os mecanismos das trocas comerciais, o pagamento de tributos, os movimentos de reciprocidade, os graus variados de autonomia e os laços de parentesco compunham variantes chaves dessas formações.³⁸ Dessa maneira, a França de Luís XIV, não era o Mali de Sundiata Keita, assim como o Reino dos Francos não guarda relação de identidade absoluta com o Reino de Oyo. Porém, parece não ser essa a percepção transmitida pelos livros analisados.

Já no uso dos recursos imagéticos – mapas, fotografias, pinturas e desenhos – pode-se encontrar, na maioria dos livros, uma realidade bastante estimulante, apesar da ocorrência de alguns equívocos, como a repetição excessiva de determinadas representações ou de imagens apresentadas fora de contexto. Ao todo foram encontradas 167 iconografias distribuídas entre os manuais de forma mais ou menos homogênea dentro de três segmentos: sete manuais possuíam entre oito e catorze imagens, dois apresentavam entre 21 e 24, e, apenas um, contava com 51 imagens. Percebemos em um bom número desses livros que, devido à veiculação de imagens que objetivavam representar determinadas

³⁵ Ver THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 254-262 e M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 154-162.

³⁶ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 35

³⁷ AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie: ethnie, tribalisme et État em Afrique*. Paris: La Découverte, 1999, p. 29.

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS

características ou eventos históricos, poder-se-ia distribuí-las em algumas categorias, o que facilitaria seu tratamento analítico. Portanto, a divisão das imagens seguiu a seguinte classificação:

• *Padrões Artísticos, Estatuária e Objetos* – fotos e pinturas de máscaras, instrumentos de uso cotidiano, estátuas e objetos de arte/religiosos – com um total de 44 imagens (27% do total);

• *Reinos e Impérios* – representações e fotos das cidades de Tombuctu (no Mali), do Grande Zimbábue, do Reino do Kongo, da Etiópia Cristã –, com dezenove imagens (11%);

• *Cenas Cotidianas* – referências aos comportamentos e práticas ligadas à urbanística, trabalho, moradia, transporte e arquitetura – com 27 imagens (16%);

• *O Islamismo em África* – mesquitas no Mali, comerciantes islâmicos e práticas islâmicas – com oito imagens (5%);

• *Cenas da Escravidão e do Tráfico* – ilustrações acerca da escravidão tradicional, atlântica, árabe e do tráfico de escravos – com 16 imagens (10%);

• *Representações europeias* – ilustrações sobre os africanos representados como sociedades tribais ou que remetam ao conjunto de referências negativas e estereótipos comumente associados à África, além de pinturas históricas retratando os africanos com feições ou a partir de modelos europeus – com catorze imagens (8%).

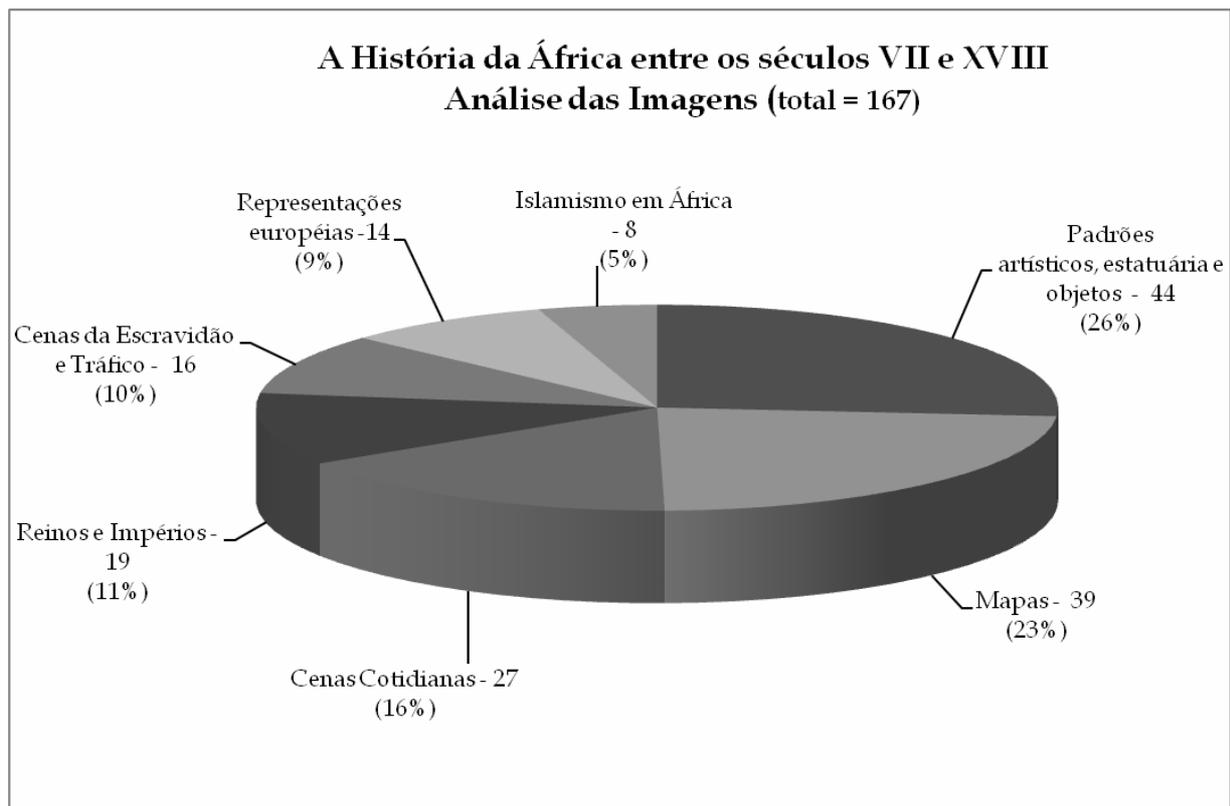


Gráfico 3

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor

Como um aspecto positivo a ser destacado, percebemos uma concentração maior de imagens entre as primeiras quatro categorias, somando um total de 98 figuras (62% do total). O destaque, nesse caso, fica por conta da perspectiva de que essas representações imagéticas podem, como uma tendência ou consequência do trabalho em sala de aula, revelar para os leitores dos livros escolares faces pouco conhecidas e positivas das experiências histórias e cotidianas africanas, despertando assim seus interesses sobre as temáticas tratadas. Além de fugir das referências visuais comuns, divulgadas sobre a África e suas sociedades, elas permitem o acesso a importantes informações da trajetória histórica de parte dessas sociedades. Se constatamos a existência de uma carga mental no chamado imaginário coletivo brasileiro, e dos estudantes inquiridos pela investigação, quase sempre ilustrada por elementos depreciativos sobre os africanos, a divulgação contextualizada e bem explorada dessas imagens se revela como um ingrediente interessante na (re)significação mental da África por parte dos estudantes e professores que trabalham com esses manuais.

Já as fontes iconográficas que poderiam ser classificadas como mantenedoras das representações mais recorrentes sobre a história africana (como a associação dos africanos à escravidão e ao tráfico) ou dos estereótipos (sociedades tribais, vítimas do tráfico de escravos) somaram ao todo 30 imagens (18%) (as últimas duas categorias). Dessas, as mais reproduzidas (10% do total) são as que retratam os episódios ligados à escravidão dos africanos no continente e ao transporte dos escravos nos navios negreiros. Ao mesmo tempo em que percebemos um sentido de denúncia ou sensibilização dos leitores acerca do tema, acreditamos que algumas das figuras apresentadas são tendenciosas e ilustram a questão de forma maniqueísta. Já outras imagens, encontradas em pequena quantidade, revelam a idéia de uma África tribal e selvagem.

Em relação às representações cartográficas percebemos a tentativa de grande parte dos autores – sete dos dez manuais – de reproduzir em mapas as fluídicas e diversificadas “fronteiras” construídas entre as diversas sociedades e formações políticas africanas entre os séculos VII e XVIII. Quebrando uma velha tradição dos livros escolares brasileiros, na qual a África era apresentada como um continente dividido apenas em dois grandes conjuntos societários – sudaneses e bantos³⁹ – os exemplos encontrados nos textos observados são quase sempre adequados. Mesmo que não tratando da questão do conceito de fronteira para as realidades africanas, os textos, merecem destaque pelas tentativas de reproduzir um outro referencial cartográfico para seus leitores.⁴⁰ Alertamos que todos esses recursos imagéticos não devem ser tratados apenas como ilustrações para os textos, mas sim como fontes históricas a serem exploradas e decifradas por professores e alunos.

A África das últimas décadas: a explosão dos estereótipos

Em relação ao tratamento do período que se estende das independências africanas aos dias atuais vamos encontrar nos livros didáticos um quadro de imagens e idéias nada favorável a uma revisão crítica e equilibrada das referências imagéticas que circulam sobre a África no imaginário brasileiro. No caso da análise desse tópico intentamos identificar quais foram as notícias e imagens mais veiculadas pelos manuais e organizá-las em algumas categorias mais abrangentes, acerca dos eventos mais marcantes ocorridos em África nas últimas décadas.

De uma forma geral, encontramos uma concentração convergente dos assuntos enfocados. Tal aproximação temática nos permitiu a construção de categorias nas quais os conteúdos apresentados pelos textos analisados poderiam ser classificados. Dos dez livros elencados para o estudo, nove trabalhavam a questão do *apartheid*, sete noticiavam as *guerras civis, conflitos étnicos e massacres*

³⁸ M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 154-162.

³⁹ Ver, OLIVA, Anderson R. “A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, set./dez., 2003, p. 424.

⁴⁰ Sobre a questão das fronteiras africanas ver, HENRIQUES, Isabel Castro. “Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (1872-1926). Lisboa: FLUL, 2003, mmeo; e STATTER, Guilherme da Fonseca. “As Fronteiras em África: contributo para uma reflexão crítica”. Lisboa: CESA/Papers, 1996.

(*genocídios*) ocorridos pelo continente, cinco apresentavam a África aos leitores como um continente de *misérias e fome* e outros três destacavam também as *epidemias e doenças* que se alastravam por vários países da região.

Parece-nos acertada a perspectiva de que os problemas enfrentados pelo continente sejam alvos da abordagem dos autores dos livros escolares. O incômodo ou o procedimento inadequado está em reduzir o enfoque concedido à História da África nas últimas décadas a algumas referências, como se elas sintetizassem todas as realidades e características históricas de seus países. Os problemas existem e devem ser noticiados, mas as sociedades africanas não se resumem a eles, existem outras faces da história africana que poderiam ser abordadas, conjuntamente aos grandes dilemas que varrem ao continente.⁴¹ Mais do que isso, ao apresentar aos leitores as grandes querelas e as tragédias que ocorrem de tempo em tempos na África seria preciso um cuidado muito maior ao explicitar suas causas, agentes participantes e especificidades.⁴² Em termos panorâmicos podemos afirmar que os manuais escolares analisados, com algumas exceções, acabam por reforçar algumas das mais recorrentes imagens presentes no imaginário coletivo brasileiro contemporâneo sobre a África, confundindo o continente e suas populações às imagens acima citadas.

Acerca das independências africanas vamos encontrar um equilíbrio das análises. A maioria dos manuais (60%) enfatiza dois elementos centrais como teses explicativas sobre o processo que culminou com a libertação dos países africanos: os movimentos de luta organizados pelos africanos e o contexto histórico formado pela perda de poder político e econômico das ex-potências coloniais e pela nova ordem mundial do pós-Segunda Guerra.⁴³

O elemento temático de maior recorrência nos manuais é sem sombra de dúvidas o *apartheid* sul-africano que é, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais freqüentados pelo imaginário brasileiro contemporâneo quando o assunto é a África. Ele aparece em 90% dos livros observados. De certa forma, consideramos a abordagem do tema quase sempre acertada e adequada aos estudantes do ensino fundamental, concedendo a esses um instrumental mínimo para o entendimento da questão.⁴⁴

O último tópico focado, e um dos mais próximos de algumas idéias que circulam no senso comum sobre o continente, refere-se à descrição da atual situação dos países africanos. Neste caso, a perspectiva transmitida pelos autores é, com poucas exceções, realizada sem nenhum aporte crítico, transformando o conteúdo dos textos em meras notícias de certas realidades ali vivenciadas, muitas vezes estigmatizadas. Novamente, alertamos que o equívoco não se encontra em trabalhar o tema, ele deve ser apresentado aos estudantes, pois sinalizam para algumas de suas faces históricas contemporâneas. O problema está em sintetizar a história africana a ele, como se não existissem outras realidades a retratar, e, como se as sociedades do continente só pudessem ser visualizadas a partir dessas imagens. E, mais do que isso, os assuntos enfocados não podem ser tratados sem suas especificidades e ritmos próprios, como se em toda a África os eventos ocorressem da mesma forma. Em sete dos dez manuais as guerras civis são mencionadas como uma dessas faces atuais mais

⁴¹ Ver FAGE, John D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 513-551.

⁴² Ver MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

⁴³ FAGE, John D. *História da África*, p. 481-512.

⁴⁴ Ver SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica, 7ª série*. São Paulo: Nova Geração, 2002, p. 238 e *Nova História Crítica, 8ª série*. São Paulo: Nova Geração, 2002, p. 188; MACEDO, José Rivair e Oliveira, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 4. São Paulo: Editora do Brasil, 1999, p. 178; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto, 8ª*. São Paulo: FTD, 2000, p. 198; e BONIFAZI, Elio e DELLAMONICA, Umberto. *Descobrendo a História: Idade Moderna e Contemporânea, 8ª*. São Paulo: Ática, 2002, p. 370.

marcantes da África; já em cinco, ocorre a referência sobre a situação de miséria vivenciada por milhares de africanos, e, por fim, em outros três, a associação é feita com as doenças e epidemias.⁴⁵

No campo das imagens veiculadas encontramos um quadro em sintonia com as temáticas mais enfocadas. Das 87 figuras, fotografias e mapas localizados, a maioria concentrava-se em retratar a África a partir das seguintes perspectivas: “*Apartheid*” – 20 (23%) –, “Imperialismo e África Colonial” – 17 (19,5%) –, “Pobreza, Miséria e Doenças” – 8 (9,2%) –, “Guerras Civas” – 2 (2,3%) –, e “Africanos retratados como tribais” – 2 (2,3%). Ou seja, excluindo os mapas – com representações sobre o domínio colonial, a partilha africana e a África contemporânea, com vinte exemplares ao todo (23% das imagens), as iconografias com um enfoque com alguma carga negativa somaram cerca de 73% das representações imagéticas veiculadas.

Já as imagens retratando os africanos em situações que podem ser consideradas positivas representam, ao todo, cerca de 23% das imagens, e podem ser assim distribuídas: cotidiano, dois (2,3%); “resistências ao imperialismo”, sete (8%); e “independências africanas”, nove (10,3%).

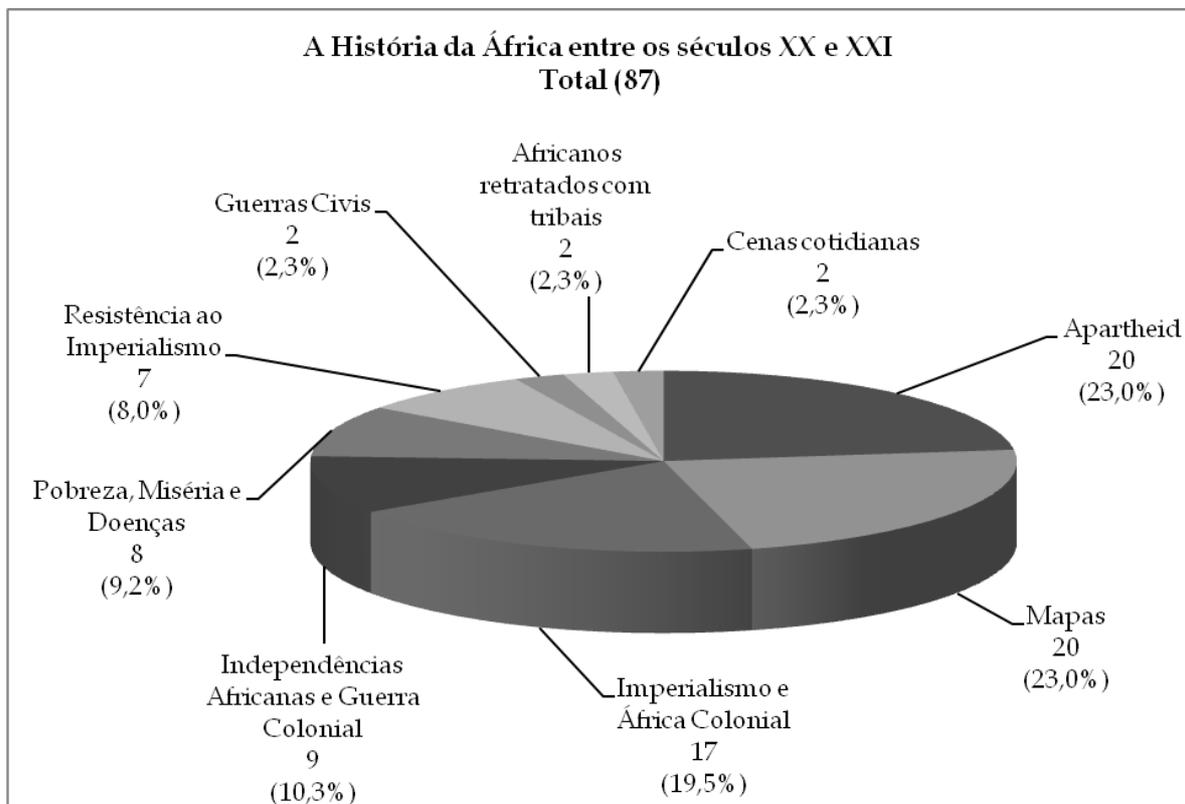


Gráfico 4

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor

⁴⁵ Ver MACEDO, José Rivair e Oliveira, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 4, p. 137; CAMPOS, Flavio de, et al (2002). *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*, p. 181; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 8ª série, p. 187; e BONIFAZI, Elio e DELLAMONICA, Umberto. *Descobrimo a História: Idade Moderna e Contemporânea*, 8ª, p. 372-373.

Considerações Finais

Para além dos silêncios, lacunas e reaproximações históricas, da rejeição da africanidade na construção da identidade nacional e da invenção de uma africanidade positiva, o continente também se transformou para muitos brasileiros no símbolo do fracasso da humanidade, caracterizado por universos isolados, confusos, miseráveis e selvagens.⁴⁶ Se podemos encontrar sérios problemas enfrentados pelos africanos, essas realidades não revelam e nem sintetizam o que é a África ou sua história, muito menos o que são ou como deveriam ser os espaços de convívio coletivo ou centros urbanos africanos. Os graves problemas existem, e vão continuar existindo nos próximos anos, mas há, no passado e presente africanos, muito mais do que fome, guerra, doença e sujeira.

Por que então reduzir o outro a isso, enquanto olhamos para os mesmos problemas internos e achamos que são realidades passageiras ou de menor importância na construção de uma identidade positiva sobre nós mesmos. Neste caso é muito mais enriquecedor analisarmos essas leituras por uma outra dimensão: a do imaginário coletivo. Muito além de “constatar o óbvio”, o que alguns brasileiros expressam ao se deparar com as dificuldades infra-estruturais e, às vezes, com a organização pelo continente, são os estereótipos e representações que elaboramos sobre a África.

Dessa forma, se continuarmos a reproduzir essas leituras distorcidas, é muito provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África, não sofra modificações significativas. Neste caso, o papel das escolas e dos manuais escolares é de fundamental importância. Apesar de encontrarmos leituras e interpretações equilibradas e positivas acerca dos africanos, na legislação escolar, em experiências nas salas de aula e em alguns dos livros didáticos, a tendência majoritária é a reproduzir as imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos, marcadas sempre pela ausência de uma crítica ou reflexão histórica mais pontual. Se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África, tal quadro dificilmente poderá ser redesenhado, e, nosso espelho africano, continuará em pedaços.

⁴⁶ Acerca de algumas características gerais atribuídas à África nas últimas décadas ver os artigos de PENNA, Pio. “Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990.” In PANTOJA, Selma. (org.). *Entre Áfricas e Brasís*. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 99-118; LOPES, Carlos. “Enough is Enough! For an alternative diagnosis of the African crisis”. *África*, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 18-19, 1, 1995-1996, p. 69-101; e MUNANGA, Kabengele. “África: trinta anos de processo de independência”. *Revista da USP*, n° 18, fev-ago, 1993, p. 102-111.